Câmara Municipal de Pato Branco
PROTOCOLO GERAL 2821/2021
Data: 30/09/2021 - Horário: 09:33
Legislativo - ORP 327/2021

MUNICÍPIO DE
PATO BRANCO
ESTADO DO PARANÁ GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 329/AL Pato Branco, 30 de setembro de 2021.

Prezado Vereador,

Vimos através deste encaminhar o memorando n° 092/2021 recebido da Secretaria de Administração e Finanças, em resposta ao requerimento 988/2021, encaminhado ao Executivo Municipal através do ofício nº 373/2021-DL.

Ademais, aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

**Neivor Barro**
**Assessor de assuntos legislativos**

# Memorando 092/2021

**Para:** Secretaria de Gabinete

**De:** Coordenação de Fiscalização / Tributação

**Data:** 29/09/2021

**Assunto:** Resposta Requerimento nº. 988/2021

Em resposta ao Requerimento nº. 988/2021, encaminhamos em anexo parecer da Procuradoria Geral nº. 501/2021 e memorando nº. 170/2021 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, dos quais frisamos as informações abaixo:

Segundo o Parecer da Procuradoria:

> "Pois bem, a respeito do processo de Execução Fiscal nº. 0003162-79.2020.8.16.0131, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco/Pr, movido em face da Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão de Pato Branco, para cobrança de débitos de IPTU incidentes sobre o imóvel doado pela Municipalidade, houve sentença de extinção da ação, tendo em vista o reconhecimento de que a referida Associação havia sido formalmente notificada da revogação da doação em 2011 e que não exercia mais a posse do terreno.
> Portanto, a extinção da referida execução, e consequentemente levantamento dos débitos de IPTU, foi motivada pelo fato de ter havido notificação prévia da donatária acerca da revogação da doação do imóvel, o que não se tem conhecimento do caso da Associação Médica do Paraná.
> Sugere-se assim, que antes de verificar a possibilidade de cancelamento e levantamento dos débitos de IPTU da Associação Médica do Paraná incidentes sobre os imóveis cuja doação foi revogada, a Coordenação de Fiscalização/Tributação promova diligencias no sentido de confirmar se houve notificação extrajudicial da Associação acerca da revogação da doação."

De acordo com o memorando nº. 170/2021 da Secretaria de Desenvolvimento Econômico:

> "Considerando que na data de 24 de maio de 2011 o Município de Pato Branco notificou extrajudicialmente a Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco, estabelecendo um prazo de 5 (cinco) dias contados a partir do recebimento da notificação para que a Associação Médica do Paraná se manifestasse acerca do cumprimento da Lei nº. 1.819/1999.
> Considerando que na data de 30 de maio de 2011 a Associação contra notificou o Município de Pato Branco solicitando, interferência do gestor público para que resolvesse junto a COPEL a passagem de rede de alta tensão pelo terreno recebido em doação pela Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco.
> A doação do imóvel à Associação Médica do Paraná, através da Lei nº. 1.819 de 23 de abril de 1999, foi revogada, conforme Lei nº. 5.477 de 19 de março de 2020."



Divisão de Fiscalização e Tributação 46 3220.1518 / 3220.1577 fiscalizacao@patobranco.pr.gov.br
Rua Caramuru, 271, Centro • CEP 85.501-060 • 46 3220.1544 • Pato Branco • PR

Diante do exposto, considerando as informações acima, e considerando ainda que não houve intenção da donatária na devolução o imóvel, o que só veio a acontecer no ano de 2020, através da Lei nº. 5.477, entendemos não ser possível o cancelamento dos valores de IPTU referente aos imóveis chácaras nº 71-A-1 e 71-A-2.

Sendo o que havia para momento, renovo protestos de estima e consideração.

Julli Rebonatto

Julli Rebonatto
Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação

# Memorando 087/2021

**Para:** Procuradoria Geral

**De:** Coordenação de Fiscalização / Tributação

**Data:** 14/09/2021

**Assunto:** Revogação de doação de imóvel

Prezado (a) Procurador (a),

Através do requerimento nº. 988/2021, os vereadores Claudemir Zanco e Marcos J. Marini solicitam a exclusão dos débitos de IPTU das chácaras 71-Cha1 e 71-Cha2, em nome da Associação Médica do Paraná, pelo fato da lei de doação do imóvel ter sido revogada, através da Lei 5.477 de 19 de março de 2020.

Constam nos cadastros, débitos pendentes desde o ano de 2012 a 2014, os quais estão parcelados, e do ano de 2015 a 2020, que totalizam na chácara 1, o valor de R$ 27.024,82 e na chácara 2, o valor de R$ 21.647,90.

Em ambos os cadastros existem ações de execução fiscal para cobrança dos débitos.

De acordo com a informação do requerimento dos nobres vereadores, "a solicitação busca que seja aplicado o princípio da isonomia, garantindo que a lei será aplicada de forma igualitária entre as pessoas, uma vez que a Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco encontrou-se na mesma situação e obteve sucesso na solicitação de exclusão dos débitos, inclusive os débitos de IPTU em dívida ativa".

Em consulta ao cadastro do imóvel que havia sido doado para a Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, verificamos que foram cancelados alguns débitos, de acordo com o memorando nº. 1121/2020 da Procuradoria Geral, o qual informa que os débitos constantes na Ação de Execução Fiscal nº. 3162-79.2020.8.16.0131 foram extintos.

Na época, em resposta a outro requerimento da Câmara foi informado que os débitos seriam revistos de acordo com o princípio da confusão, previsto no artigo 381 do Código Civil.

A **confusão**, art.381.CC, é, no direito das obrigações, uma forma de extinção de obrigação, e consiste em confundir-se, na mesma pessoa, as qualidades de credor e devedor. Ocorre por meio de fato **Jurídico** onde o crédito e o débito se unem em uma só pessoa, extinguindo a obrigação.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Confus%C3%A3o_(direito)#:~:text=A%20confus%C3%A3o%2C%20art.381.,s%C3%B3%20pessoa%2C%20extinguindo%20a%20obriga%C3%A7%C3%A3o.)

Considerando que, em ambos os casos, os contribuintes ficaram de pose do imóvel, mesmo não cumprindo as exigências para a doação, solicitamos orientação se os débitos dos cadastros informados acima, tanto da Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco quanto da Associação Médica do Paraná, devem ser cancelados de acordo com o princípio da confusão.

Saliento que o requerimento foi recebido em data de 09/09/2021 e que o prazo de resposta é de 15 dias.

Sendo o que havia para o momento, atenciosamente;

Julli Rebonatto

Julli Rebonatto

Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50255000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA1
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 2 | Ativa | 15/05/2015 | 155,46 | 55,65 | 4,22 | 96,27 | 311,60 |
| 3 | Ativa | 15/06/2015 | 155,46 | 55,65 | 4,22 | 95,00 | 310,33 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2015 | 155,46 | 55,65 | 4,22 | 93,74 | 309,07 |
| 5 | Ajuizada | 17/08/2015 | 155,46 | 55,65 | 4,22 | 92,46 | 307,79 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2015 | 155,46 | 55,65 | 4,22 | 91,19 | 306,52 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2015 | 155,46 | 55,65 | 4,22 | 89,93 | 305,26 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2015 | 155,46 | 55,65 | 4,22 | 88,66 | 303,99 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2015 | 155,45 | 55,65 | 4,22 | 87,39 | 302,71 |
| | | Subtotal: | 1.243,67 | 445,20 | 33,76 | 734,64 | 2.457,27 |
| | | Total Parcial: | 1.243,67 | 445,20 | 33,76 | 734,64 | 2.457,27 |
| 2015 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 3 | Ativa | 15/05/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,40 | 17,49 |
| 4 | Ativa | 15/06/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,33 | 17,42 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,26 | 17,35 |
| | | Subtotal: | 26,16 | 9,39 | 0,72 | 15,99 | 52,26 |
| | | Total Parcial: | 1.269,83 | 454,59 | 34,48 | 750,63 | 2.509,53 |
| 2015 | 45 - Parcelamento de débitos | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 3 | Ativa/PA | 15/05/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 44,51 | 144,03 |
| 4 | Ativa/PA | 15/06/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 43,91 | 143,43 |
| 5 | Ajuiz./PA | 15/07/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 43,32 | 142,84 |
| 6 | Ajuiz./PA | 17/08/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 42,74 | 142,26 |
| 7 | Ajuiz./PA | 15/09/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 42,16 | 141,68 |
| 8 | Ajuiz./PA | 15/10/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 41,57 | 141,09 |
| 9 | Ajuiz./PA | 16/11/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 41,00 | 140,52 |
| 10 | Ajuiz./PA | 15/12/2015 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 40,39 | 139,91 |
| 11 | Ajuiz./PA | 15/01/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 39,81 | 139,33 |
| 12 | Ajuiz./PA | 15/02/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 39,22 | 138,74 |
| 13 | Ajuiz./PA | 15/03/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 38,64 | 138,16 |
| 14 | Ajuiz./PA | 15/04/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 38,07 | 137,59 |
| 15 | Ajuiz./PA | 15/05/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 37,49 | 137,01 |
| 16 | Ajuiz./PA | 15/06/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 36,90 | 136,42 |
| 17 | Ajuiz./PA | 15/07/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 36,31 | 135,83 |
| 18 | Ajuiz./PA | 15/08/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 35,71 | 135,23 |
| 19 | Ajuiz./PA | 15/09/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 35,13 | 134,65 |
| 20 | Ajuiz./PA | 15/10/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 34,56 | 134,08 |
| 21 | Ajuiz./PA | 15/11/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 33,96 | 133,48 |
| 22 | Ajuiz./PA | 15/12/2016 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 33,36 | 132,88 |
| 23 | Ajuiz./PA | 15/01/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 32,78 | 132,30 |
| 24 | Ajuiz./PA | 15/02/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 32,20 | 131,72 |
| 25 | Ajuiz./PA | 15/03/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 31,60 | 131,12 |
| 26 | Ajuiz./PA | 15/04/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 31,03 | 130,55 |
| 27 | Ajuiz./PA | 15/05/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 30,45 | 129,97 |
| 28 | Ajuiz./PA | 15/06/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 29,85 | 129,37 |
| 29 | Ajuiz./PA | 15/07/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 29,27 | 128,79 |
| 30 | Ajuiz./PA | 15/08/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 28,69 | 128,21 |
| 31 | Ajuiz./PA | 15/09/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 28,10 | 127,62 |
| 32 | Ajuiz./PA | 15/10/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 27,51 | 127,03 |
| 33 | Ajuiz./PA | 15/11/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 26,93 | 126,45 |
| 34 | Ajuiz./PA | 15/12/2017 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 26,34 | 125,86 |
| 35 | Ajuiz./PA | 15/01/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 25,75 | 125,27 |
| 36 | Ajuiz./PA | 15/02/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 25,17 | 124,69 |
| 37 | Ajuiz./PA | 15/03/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 24,60 | 124,12 |
| 38 | Ajuiz./PA | 15/04/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 24,00 | 123,52 |
| 39 | Ajuiz./PA | 15/05/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 23,41 | 122,93 |
| 40 | Ajuiz./PA | 15/06/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 22,82 | 122,34 |
| 41 | Ajuiz./PA | 15/07/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 22,25 | 121,77 |
| 42 | Ajuiz./PA | 15/08/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 21,65 | 121,17 |
| 43 | Ajuiz./PA | 15/09/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 21,08 | 120,60 |
| 44 | Ajuiz./PA | 15/10/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 20,49 | 120,01 |
| 45 | Ajuiz./PA | 15/11/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 19,91 | 119,43 |
| 46 | Ajuiz./PA | 15/12/2018 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 19,32 | 118,84 |
| 47 | Ajuiz./PA | 15/01/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 18,73 | 118,25 |
| 48 | Ajuiz./PA | 15/02/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 18,16 | 117,68 |
| 49 | Ajuiz./PA | 15/03/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 17,57 | 117,09 |
| 50 | Ajuiz./PA | 15/04/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 16,98 | 116,50 |
| 51 | Ajuiz./PA | 15/05/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 16,40 | 115,92 |
| 52 | Ajuiz./PA | 15/06/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 15,81 | 115,33 |
| 53 | Ajuiz./PA | 15/07/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 15,22 | 114,74 |
| 54 | Ajuiz./PA | 15/08/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 14,63 | 114,15 |
| 55 | Ajuiz./PA | 15/09/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 14,05 | 113,57 |
| 56 | Ajuiz./PA | 15/10/2019 | 71,86 | 25,71 | 1,95 | 13,46 | 112,98 |
| 57 | Ajuiz./PA | 15/11/2019 | 71,85 | 25,71 | 1,95 | 12,87 | 112,38 |
| 58 | Ajuiz./PA | 15/12/2019 | 71,85 | 25,71 | 1,95 | 12,28 | 111,79 |
| 59 | Do Ano/PA | 15/01/2020 | 71,85 | 25,71 | 1,95 | 11,70 | 111,21 |
| 60 | Do Ano/PA | 15/02/2020 | 72,74 | 26,03 | 1,98 | 11,26 | 112,01 |

**GOVBR AR - Emissão: 14/09/2021 às 8h17min - Duração: 0h00m02seg (60)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastrc: 50255000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA1
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 50255000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | | | |
| 2015 | 45 - Parcelamento de débitos | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| | Subtotal: | | 4.168,73 | 1.491,50 | 113,13 | 1.613,08 | 7.386,44 |
| | Total Parcial: | | 5.438,56 | 1.946,09 | 147,61 | 2.363,71 | 9.895,97 |
| | Acordo: | 2015/228 | | Data: 26/02/2015 | | Data de Referência: 26/02/2015 | |
| 2016 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/04/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 82,33 | 297,65 |
| 2 | Ajuizada | 16/05/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 81,06 | 296,38 |
| 3 | Ajuizada | 15/06/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 79,80 | 295,12 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 78,53 | 293,85 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 77,26 | 292,58 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 75,99 | 291,31 |
| 7 | Ajuizada | 17/10/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 74,72 | 290,04 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2016 | 171,18 | 39,92 | 4,22 | 73,46 | 288,78 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2016 | 171,20 | 39,92 | 4,22 | 72,20 | 287,54 |
| | Subtotal: | | 1.540,64 | 359,28 | 37,98 | 695,35 | 2.633,25 |
| | Total Parcial: | | 6.979,20 | 2.305,37 | 185,59 | 3.059,06 | 12.529,22 |
| 2016 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,38 | 15,66 |
| 2 | Ajuizada | 15/04/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,32 | 15,60 |
| 3 | Ajuizada | 16/05/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,25 | 15,53 |
| 4 | Ajuizada | 15/06/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,19 | 15,47 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,12 | 15,40 |
| | Subtotal: | | 44,85 | 10,45 | 1,10 | 21,26 | 77,66 |
| | Total Parcial: | | 7.024,05 | 2.315,82 | 186,69 | 3.080,32 | 12.606,88 |
| 2017 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ajuizada | 17/04/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 98,52 | 414,53 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 96,66 | 412,67 |
| 3 | Ajuizada | 16/06/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 94,80 | 410,81 |
| 4 | Ajuizada | 17/07/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 92,94 | 408,95 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 91,08 | 407,09 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 89,23 | 405,24 |
| 7 | Ajuizada | 16/10/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 87,37 | 403,38 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2017 | 269,77 | 40,04 | 6,20 | 85,51 | 401,52 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2017 | 269,74 | 40,03 | 6,20 | 83,64 | 399,61 |
| | Subtotal: | | 2.427,90 | 360,35 | 55,80 | 819,75 | 3.663,80 |
| | Total Parcial: | | 9.451,95 | 2.676,17 | 242,49 | 3.900,07 | 16.270,68 |
| 2017 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,41 | 14,16 |
| 2 | Ajuizada | 17/04/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,35 | 14,10 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,29 | 14,04 |
| 4 | Ajuizada | 16/06/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,23 | 13,98 |
| 5 | Ajuizada | 17/07/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,16 | 13,91 |
| | Subtotal: | | 45,90 | 6,80 | 1,05 | 16,44 | 70,19 |
| | Total Parcial: | | 9.497,85 | 2.682,97 | 243,54 | 3.916,51 | 16.340,87 |
| 2018 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ajuizada | 16/04/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 81,77 | 420,81 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 79,77 | 418,81 |
| 3 | Ajuizada | 15/06/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 77,78 | 416,82 |
| 4 | Ajuizada | 16/07/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 75,78 | 414,82 |
| 5 | Ajuizada | 16/08/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 73,79 | 412,83 |
| 6 | Ajuizada | 17/09/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 71,79 | 410,83 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 69,80 | 408,84 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2018 | 297,96 | 34,43 | 6,65 | 67,81 | 406,85 |
| 9 | Ajuizada | 17/12/2018 | 297,94 | 34,43 | 6,65 | 65,81 | 404,83 |
| | Subtotal: | | 2.681,62 | 309,87 | 59,85 | 664,10 | 3.715,44 |
| | Total Parcial: | | 12.179,47 | 2.992,84 | 303,39 | 4.580,61 | 20.056,31 |
| 2018 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,61 | 13,17 |
| 2 | Ajuizada | 16/04/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,55 | 13,11 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,48 | 13,04 |
| 4 | Ajuizada | 15/06/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,42 | 12,98 |
| 5 | Ajuizada | 16/07/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,35 | 12,91 |
| | Subtotal: | | 46,35 | 5,40 | 1,05 | 12,41 | 65,21 |
| | Total Parcial: | | 12.225,82 | 2.998,24 | 304,44 | 4.593,02 | 20.121,52 |
| 2019 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/04/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 57,84 | 396,89 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 55,85 | 394,90 |
| 3 | Ajuizada | 17/06/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 53,85 | 392,90 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 51,86 | 390,91 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 49,86 | 388,91 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50255000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA1
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2019 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 6 | Ajuizada | 16/09/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 47,87 | 386,92 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 45,87 | 384,92 |
| 8 | Ajuizada | 18/11/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 43,87 | 382,92 |
| 9 | Ajuizada | 16/12/2019 | 311,19 | 21,21 | 6,65 | 41,88 | 380,93 |
| | | Subtotal: | 2.800,71 | 190,89 | 59,85 | 448,75 | 3.500,20 |
| | | Total Parcial: | 15.026,53 | 3.189,13 | 364,29 | 5.041,77 | 23.621,72 |
| 2019 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,86 | 12,41 |
| 2 | Ajuizada | 15/04/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,80 | 12,35 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,74 | 12,29 |
| 4 | Ajuizada | 17/06/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,68 | 12,23 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,62 | 12,17 |
| | | Subtotal: | 48,40 | 3,30 | 1,05 | 8,70 | 61,45 |
| | | Total Parcial: | 15.074,93 | 3.192,43 | 365,34 | 5.050,47 | 23.683,17 |
| 2020 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ativa | 15/04/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 33,90 | 372,96 |
| 2 | Ativa | 15/05/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 31,91 | 370,97 |
| 3 | Ativa | 15/06/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 29,92 | 368,98 |
| 4 | Ativa | 15/07/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 27,92 | 366,98 |
| 5 | Ativa | 17/08/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 25,93 | 364,99 |
| 6 | Ativa | 15/09/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 23,94 | 363,00 |
| 7 | Ativa | 15/10/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 21,94 | 361,00 |
| 8 | Ativa | 16/11/2020 | 319,16 | 13,25 | 6,65 | 19,95 | 359,01 |
| 9 | Ativa | 15/12/2020 | 319,15 | 13,24 | 6,65 | 17,95 | 356,99 |
| | | Subtotal: | 2.872,43 | 119,24 | 59,85 | 233,36 | 3.284,88 |
| | | Total Parcial: | 17.947,36 | 3.311,67 | 425,19 | 5.283,83 | 26.968,05 |
| 2020 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ativa | 16/03/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 1,10 | 11,47 |
| 2 | Ativa | 15/04/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 1,04 | 11,41 |
| 3 | Ativa | 15/05/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 0,98 | 11,35 |
| 4 | Ativa | 15/06/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 0,92 | 11,29 |
| 5 | Ativa | 15/07/2020 | 9,78 | 0,41 | 0,20 | 0,86 | 11,25 |
| | | Subtotal: | 48,82 | 2,05 | 1,00 | 4,90 | 56,77 |
| | | Total Parcial: | 17.996,18 | 3.313,72 | 426,19 | 5.288,73 | 27.024,82 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Total apurado | : | 27.024,82 | *Débitos com CDA: 0,00 |
| Honorários | : | 0,00 | |
| Desconto | : | 0,00 | |
| TOTAL DEVIDO | : | 27.024,82 | |
| Data de referência | : | 14/09/2021 | * Valor informativo, fazendo parte do 'TOTAL DEVIDO' |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50255000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA1
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Vl.Original | Moeda | Situação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 50255000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2012 | 2 - Imposto Territorial Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/228 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/228 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 3 | Ativa/Rep | 15/06/2012 | 97,86 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 16/07/2012 | 97,86 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2012 | 97,86 | 0 | Repar. Pendente |
| 6 | Ativa/Rep | 17/09/2012 | 97,86 | 0 | Repar. Pendente |
| 7 | Ativa/Rep | 15/10/2012 | 97,86 | 0 | Repar. Pendente |
| 8 | Ativa/Rep | 16/11/2012 | 97,86 | 0 | Repar. Pendente |
| 9 | Ativa/Rep | 17/12/2012 | 97,82 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50255000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2013 | 2 - Imposto Territorial Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/228 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/228 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/04/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/05/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 17/06/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 15/07/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 6 | Ativa/Rep | 16/09/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 7 | Ativa/Rep | 15/10/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 8 | Ativa/Rep | 15/11/2013 | 138,30 | 0 | Repar. Pendente |
| 9 | Ativa/Rep | 16/12/2013 | 138,33 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50255000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2013 | 14 - Cont. de Iluminação Pu Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/228 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/228 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/03/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/04/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 15/05/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 17/06/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/07/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50255000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2014 | 2 - Imposto Territorial Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/228 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/228 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/04/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/05/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 16/06/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 15/07/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 6 | Ativa/Rep | 15/09/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 7 | Ativa/Rep | 15/10/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 8 | Ativa/Rep | 17/11/2014 | 147,10 | 0 | Repar. Pendente |
| 9 | Ativa/Rep | 15/12/2014 | 147,08 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50255000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2014 | 14 - Cont. de Iluminação Pu Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/228 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/228 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/04/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/05/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 16/06/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 15/07/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50256000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA2
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2015 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 2 | Ativa | 15/05/2015 | 123,62 | 44,25 | 3,36 | 76,55 | 247,78 |
| 3 | Ativa | 15/06/2015 | 123,62 | 44,25 | 3,36 | 75,55 | 246,78 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2015 | 123,62 | 44,25 | 3,36 | 74,54 | 245,77 |
| 5 | Ajuizada | 17/08/2015 | 123,62 | 44,25 | 3,36 | 73,52 | 244,75 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2015 | 123,62 | 44,25 | 3,36 | 72,52 | 243,75 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2015 | 123,62 | 44,25 | 3,36 | 71,51 | 242,74 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2015 | 123,62 | 44,25 | 3,36 | 70,50 | 241,73 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2015 | 123,58 | 44,24 | 3,36 | 69,47 | 240,65 |
| | | Subtotal: | 988,92 | 353,99 | 26,88 | 584,16 | 1.953,95 |
| | | Total Parcial: | 988,92 | 353,99 | 26,88 | 584,16 | 1.953,95 |
| 2015 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 3 | Ativa | 15/05/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,40 | 17,49 |
| 4 | Ativa | 15/06/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,33 | 17,42 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,26 | 17,35 |
| | | Subtotal: | 26,16 | 9,39 | 0,72 | 15,99 | 52,26 |
| | | Total Parcial: | 1.015,08 | 363,38 | 27,60 | 600,15 | 2.006,21 |
| 2015 | 45 - Parcelamento de débitos | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 3 | Ativa/PA | 15/05/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 35,97 | 116,43 |
| 4 | Ativa/PA | 15/06/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 35,50 | 115,96 |
| 5 | Ajuiz./PA | 15/07/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 35,03 | 115,49 |
| 6 | Ajuiz./PA | 17/08/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 34,56 | 115,02 |
| 7 | Ajuiz./PA | 15/09/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 34,09 | 114,55 |
| 8 | Ajuiz./PA | 15/10/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 33,61 | 114,07 |
| 9 | Ajuiz./PA | 16/11/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 33,15 | 113,61 |
| 10 | Ajuiz./PA | 15/12/2015 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 32,66 | 113,12 |
| 11 | Ajuiz./PA | 15/01/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 32,19 | 112,65 |
| 12 | Ajuiz./PA | 15/02/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 31,71 | 112,17 |
| 13 | Ajuiz./PA | 15/03/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 31,25 | 111,71 |
| 14 | Ajuiz./PA | 15/04/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 30,78 | 111,24 |
| 15 | Ajuiz./PA | 15/05/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 30,31 | 110,77 |
| 16 | Ajuiz./PA | 15/06/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 29,83 | 110,29 |
| 17 | Ajuiz./PA | 15/07/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 29,35 | 109,81 |
| 18 | Ajuiz./PA | 15/08/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 28,86 | 109,32 |
| 19 | Ajuiz./PA | 15/09/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 28,39 | 108,85 |
| 20 | Ajuiz./PA | 15/10/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 27,92 | 108,38 |
| 21 | Ajuiz./PA | 15/11/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 27,46 | 107,92 |
| 22 | Ajuiz./PA | 15/12/2016 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 26,97 | 107,43 |
| 23 | Ajuiz./PA | 15/01/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 26,50 | 106,96 |
| 24 | Ajuiz./PA | 15/02/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 26,03 | 106,49 |
| 25 | Ajuiz./PA | 15/03/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 25,54 | 106,00 |
| 26 | Ajuiz./PA | 15/04/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 25,09 | 105,55 |
| 27 | Ajuiz./PA | 15/05/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 24,61 | 105,07 |
| 28 | Ajuiz./PA | 15/06/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 24,12 | 104,58 |
| 29 | Ajuiz./PA | 15/07/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 23,65 | 104,11 |
| 30 | Ajuiz./PA | 15/08/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 23,19 | 103,65 |
| 31 | Ajuiz./PA | 15/09/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 22,71 | 103,17 |
| 32 | Ajuiz./PA | 15/10/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 22,24 | 102,70 |
| 33 | Ajuiz./PA | 15/11/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 21,77 | 102,23 |
| 34 | Ajuiz./PA | 15/12/2017 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 21,29 | 101,75 |
| 35 | Ajuiz./PA | 15/01/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 20,81 | 101,27 |
| 36 | Ajuiz./PA | 15/02/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 20,34 | 100,80 |
| 37 | Ajuiz./PA | 15/03/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 19,87 | 100,33 |
| 38 | Ajuiz./PA | 15/04/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 19,40 | 99,86 |
| 39 | Ajuiz./PA | 15/05/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 18,93 | 99,39 |
| 40 | Ajuiz./PA | 15/06/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 18,45 | 98,91 |
| 41 | Ajuiz./PA | 15/07/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 17,98 | 98,44 |
| 42 | Ajuiz./PA | 15/08/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 17,50 | 97,96 |
| 43 | Ajuiz./PA | 15/09/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 17,04 | 97,50 |
| 44 | Ajuiz./PA | 15/10/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 16,56 | 97,02 |
| 45 | Ajuiz./PA | 15/11/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 16,09 | 96,55 |
| 46 | Ajuiz./PA | 15/12/2018 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 15,61 | 96,07 |
| 47 | Ajuiz./PA | 15/01/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 15,14 | 95,60 |
| 48 | Ajuiz./PA | 15/02/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 14,67 | 95,13 |
| 49 | Ajuiz./PA | 15/03/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 14,20 | 94,66 |
| 50 | Ajuiz./PA | 15/04/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 13,72 | 94,18 |
| 51 | Ajuiz./PA | 15/05/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 13,24 | 93,70 |
| 52 | Ajuiz./PA | 15/06/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 12,77 | 93,23 |
| 53 | Ajuiz./PA | 15/07/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 12,30 | 92,76 |
| 54 | Ajuiz./PA | 15/08/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 11,83 | 92,29 |
| 55 | Ajuiz./PA | 15/09/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 11,36 | 91,82 |
| 56 | Ajuiz./PA | 15/10/2019 | 58,09 | 20,79 | 1,58 | 10,89 | 91,35 |
| 57 | Ajuiz./PA | 15/11/2019 | 58,08 | 20,79 | 1,58 | 10,41 | 90,86 |
| 58 | Ajuiz./PA | 15/12/2019 | 58,08 | 20,79 | 1,58 | 9,93 | 90,38 |
| 59 | Do Ano/PA | 15/01/2020 | 58,08 | 20,79 | 1,58 | 9,45 | 89,90 |
| 60 | Do Ano/PA | 15/02/2020 | 58,14 | 20,81 | 1,59 | 9,00 | 89,54 |

**GOVBR AR - Emissão: 14/09/2021 às 8h18min - Duração: 0h00m02seg (60)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50256000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA2
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 50256000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | | | |
| 2015 | 45 - Parcelamento de débitos | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| | Subtotal: | | 3.369,24 | 1.205,84 | 91,65 | 1.303,82 | 5.970,55 |
| | Total Parcial: | | 4.384,32 | 1.569,22 | 119,25 | 1.903,97 | 7.976,76 |
| | Acordo: | | 2015/229 | Data: 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 | | |
| 2016 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/04/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 65,47 | 236,69 |
| 2 | Ajuizada | 16/05/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 64,46 | 235,68 |
| 3 | Ajuizada | 15/06/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 63,46 | 234,68 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 62,45 | 233,67 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 61,43 | 232,65 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 60,43 | 231,65 |
| 7 | Ajuizada | 17/10/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 59,42 | 230,64 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2016 | 136,12 | 31,74 | 3,36 | 58,41 | 229,63 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2016 | 136,09 | 31,74 | 3,36 | 57,39 | 228,58 |
| | Subtotal: | | 1.225,05 | 285,66 | 30,24 | 552,92 | 2.093,87 |
| | Total Parcial: | | 5.609,37 | 1.854,88 | 149,49 | 2.456,89 | 10.070,63 |
| 2016 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,38 | 15,66 |
| 2 | Ajuizada | 15/04/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,32 | 15,60 |
| 3 | Ajuizada | 16/05/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,25 | 15,53 |
| 4 | Ajuizada | 15/06/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,19 | 15,47 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,12 | 15,40 |
| | Subtotal: | | 44,85 | 10,45 | 1,10 | 21,26 | 77,66 |
| | Total Parcial: | | 5.654,22 | 1.865,33 | 150,59 | 2.478,15 | 10.148,29 |
| 2017 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ajuizada | 17/04/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 78,23 | 329,16 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 76,76 | 327,69 |
| 3 | Ajuizada | 16/06/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 75,28 | 326,21 |
| 4 | Ajuizada | 17/07/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 73,80 | 324,73 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 72,33 | 323,26 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 70,85 | 321,78 |
| 7 | Ajuizada | 16/10/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 69,38 | 320,31 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2017 | 214,22 | 31,79 | 4,92 | 67,90 | 318,83 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2017 | 214,19 | 31,79 | 4,92 | 66,42 | 317,32 |
| | Subtotal: | | 1.927,95 | 286,11 | 44,28 | 650,95 | 2.909,29 |
| | Total Parcial: | | 7.582,17 | 2.151,44 | 194,87 | 3.129,10 | 13.057,58 |
| 2017 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,41 | 14,16 |
| 2 | Ajuizada | 17/04/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,35 | 14,10 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,29 | 14,04 |
| 4 | Ajuizada | 16/06/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,23 | 13,98 |
| 5 | Ajuizada | 17/07/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,16 | 13,91 |
| | Subtotal: | | 45,90 | 6,80 | 1,05 | 16,44 | 70,19 |
| | Total Parcial: | | 7.628,07 | 2.158,24 | 195,92 | 3.145,54 | 13.127,77 |
| 2018 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ajuizada | 16/04/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 64,92 | 334,10 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 63,33 | 332,51 |
| 3 | Ajuizada | 15/06/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 61,75 | 330,93 |
| 4 | Ajuizada | 16/07/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 60,16 | 329,34 |
| 5 | Ajuizada | 16/08/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 58,58 | 327,76 |
| 6 | Ajuizada | 17/09/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 57,00 | 326,18 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 55,42 | 324,60 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2018 | 236,56 | 27,34 | 5,28 | 53,83 | 323,01 |
| 9 | Ajuizada | 17/12/2018 | 236,54 | 27,34 | 5,28 | 52,25 | 321,41 |
| | Subtotal: | | 2.129,02 | 246,06 | 47,52 | 527,24 | 2.949,84 |
| | Total Parcial: | | 9.757,09 | 2.404,30 | 243,44 | 3.672,78 | 16.077,61 |
| 2018 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,61 | 13,17 |
| 2 | Ajuizada | 16/04/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,55 | 13,11 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,48 | 13,04 |
| 4 | Ajuizada | 15/06/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,42 | 12,98 |
| 5 | Ajuizada | 16/07/2018 | 9,27 | 1,08 | 0,21 | 2,35 | 12,91 |
| | Subtotal: | | 46,35 | 5,40 | 1,05 | 12,41 | 65,21 |
| | Total Parcial: | | 9.803,44 | 2.409,70 | 244,49 | 3.685,19 | 16.142,82 |
| 2019 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/04/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 45,92 | 315,10 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 44,34 | 313,52 |
| 3 | Ajuizada | 17/06/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 42,75 | 311,93 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 41,17 | 310,35 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 39,59 | 308,77 |

**GOVBR AR - Emissão: 14/09/2021 às 8h18min - Duração: 0h00m02seg (60)**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50256000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA2
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2019 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: | 0,90 | |
| 6 | Ajuizada | 16/09/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 38,01 | 307,19 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 36,41 | 305,59 |
| 8 | Ajuizada | 18/11/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 34,83 | 304,01 |
| 9 | Ajuizada | 16/12/2019 | 247,06 | 16,84 | 5,28 | 33,25 | 302,43 |
| | | Subtotal: | 2.223,54 | 151,56 | 47,52 | 356,27 | 2.778,89 |
| | | Total Parcial: | 12.026,98 | 2.561,26 | 292,01 | 4.041,46 | 18.921,71 |
| 2019 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: | 0,00 | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,86 | 12,41 |
| 2 | Ajuizada | 15/04/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,80 | 12,35 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,74 | 12,29 |
| 4 | Ajuizada | 17/06/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,68 | 12,23 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2019 | 9,68 | 0,66 | 0,21 | 1,62 | 12,17 |
| | | Subtotal: | 48,40 | 3,30 | 1,05 | 8,70 | 61,45 |
| | | Total Parcial: | 12.075,38 | 2.564,56 | 293,06 | 4.050,16 | 18.983,16 |
| 2020 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: | 0,90 | |
| 1 | Ativa | 15/04/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 26,92 | 296,11 |
| 2 | Ativa | 15/05/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 25,33 | 294,52 |
| 3 | Ativa | 15/06/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 23,75 | 292,94 |
| 4 | Ativa | 15/07/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 22,17 | 291,36 |
| 5 | Ativa | 17/08/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 20,59 | 289,78 |
| 6 | Ativa | 15/09/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 19,00 | 288,19 |
| 7 | Ativa | 15/10/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 17,42 | 286,61 |
| 8 | Ativa | 16/11/2020 | 253,39 | 10,52 | 5,28 | 15,84 | 285,03 |
| 9 | Ativa | 15/12/2020 | 253,38 | 10,52 | 5,28 | 14,25 | 283,43 |
| | | Subtotal: | 2.280,50 | 94,68 | 47,52 | 185,27 | 2.607,97 |
| | | Total Parcial: | 14.355,88 | 2.659,24 | 340,58 | 4.235,43 | 21.591,13 |
| 2020 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: | 0,00 | |
| 1 | Ativa | 16/03/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 1,10 | 11,47 |
| 2 | Ativa | 15/04/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 1,04 | 11,41 |
| 3 | Ativa | 15/05/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 0,98 | 11,35 |
| 4 | Ativa | 15/06/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 0,92 | 11,29 |
| 5 | Ativa | 15/07/2020 | 9,78 | 0,41 | 0,20 | 0,86 | 11,25 |
| | | Subtotal: | 48,82 | 2,05 | 1,00 | 4,90 | 56,77 |
| | | Total Parcial: | 14.404,70 | 2.661,29 | 341,58 | 4.240,33 | 21.647,90 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Total apurado | : | 21.647,90 | *Débitos com CDA: | 0,00 |
| Honorários | : | 0,00 | | |
| Desconto | : | 0,00 | | |
| TOTAL DEVIDO | : | 21.647,90 | | |
| Data de referência | : | 14/09/2021 | * Valor informativo, fazendo parte do 'TOTAL DEVIDO' | |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50256000 CPF/CNPJ:78.243.235/0001-00Quadra: 0071 Lote: CHA2
Proprietário: ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA RE LOTE VAGO
Possuidor:
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE: 046-3224-4751

| Pr. | Situação | Vencimento | Vl.Original | Moeda | Situação |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 50256000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2012 | 2 - Imposto Territorial Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/229 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/229 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 3 | Ativa/Rep | 15/06/2012 | 78,64 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 16/07/2012 | 78,64 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2012 | 78,64 | 0 | Repar. Pendente |
| 6 | Ativa/Rep | 17/09/2012 | 78,64 | 0 | Repar. Pendente |
| 7 | Ativa/Rep | 15/10/2012 | 78,64 | 0 | Repar. Pendente |
| 8 | Ativa/Rep | 16/11/2012 | 78,64 | 0 | Repar. Pendente |
| 9 | Ativa/Rep | 17/12/2012 | 78,60 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50256000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2013 | 2 - Imposto Territorial Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/229 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/229 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/04/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/05/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 17/06/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 15/07/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 6 | Ativa/Rep | 16/09/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 7 | Ativa/Rep | 15/10/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 8 | Ativa/Rep | 15/11/2013 | 109,97 | 0 | Repar. Pendente |
| 9 | Ativa/Rep | 16/12/2013 | 109,98 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50256000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2013 | 14 - Cont. de Iluminação Pu Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/229 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/229 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/03/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/04/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 15/05/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 17/06/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/07/2013 | 8,43 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50256000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2014 | 2 - Imposto Territorial Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/229 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/229 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/04/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/05/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 16/06/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 15/07/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 6 | Ativa/Rep | 15/09/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 7 | Ativa/Rep | 15/10/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 8 | Ativa/Rep | 17/11/2014 | 116,96 | 0 | Repar. Pendente |
| 9 | Ativa/Rep | 15/12/2014 | 116,98 | 0 | Repar. Pendente |
| 1 | 50256000 - ASSOCIACAO MEDICA DO PARANA REGIONAL DE PATO BRANCO | | | | |
| 2014 | 14 - Cont. de Iluminação Pu Subdívida: 0 | | | | |
| Acordo: 2015/229 de 26/02/2015 | Data de Referência: 26/02/2015 Processo: 2015/229 Lei: 1 - 2444 (ati | | | | |
| 1 | Ativa/Rep | 15/04/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 2 | Ativa/Rep | 15/05/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 3 | Ativa/Rep | 16/06/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 4 | Ativa/Rep | 15/07/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |
| 5 | Ativa/Rep | 15/08/2014 | 8,56 | 0 | Repar. Pendente |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

## LEVANTAMENTO DE DÉBITOS

Cadastro: 50258000 CPF/CNPJ:76.995.448/0001-54Quadra: 0071 Lote: CH-C
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO B LOTE VAGO
Possuidor: ASSOC DOS FUNCIONARIOS E AMIGOS DA 5° SDP
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE:

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2004 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 2,25 | | |
| 999 | Ajuizada | 17/05/2004 | 148,03 | 207,14 | 7,11 | 443,27 | 805,55 |
| | | Subtotal: | 148,03 | 207,14 | 7,11 | 443,27 | 805,55 |
| | | Total Parcial: | 148,03 | 207,14 | 7,11 | 443,27 | 805,55 |
| 2005 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 2,25 | | |
| 999 | Ajuizada | 16/03/2005 | 154,27 | 194,45 | 6,97 | 414,30 | 769,99 |
| | | Subtotal: | 154,27 | 194,45 | 6,97 | 414,30 | 769,99 |
| | | Total Parcial: | 302,30 | 401,59 | 14,08 | 857,57 | 1.575,54 |
| 2006 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 2,25 | | |
| 999 | Ajuizada | 15/03/2006 | 163,21 | 186,40 | 6,99 | 390,17 | 746,77 |
| | | Subtotal: | 163,21 | 186,40 | 6,99 | 390,17 | 746,77 |
| | | Total Parcial: | 465,51 | 587,99 | 21,07 | 1.247,74 | 2.322,31 |
| 2007 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 2,25 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 45,28 | 89,52 |
| 2 | Ajuizada | 16/04/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 45,02 | 89,26 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 44,76 | 89,00 |
| 4 | Ajuizada | 15/06/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 44,50 | 88,74 |
| 5 | Ajuizada | 16/07/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 44,24 | 88,48 |
| 6 | Ajuizada | 15/08/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 43,97 | 88,21 |
| 7 | Ajuizada | 17/09/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 43,73 | 87,97 |
| 8 | Ajuizada | 15/10/2007 | 20,77 | 22,60 | 0,87 | 43,46 | 87,70 |
| | | Subtotal: | 166,16 | 180,80 | 6,96 | 354,96 | 708,88 |
| | | Total Parcial: | 631,67 | 768,79 | 28,03 | 1.602,70 | 3.031,19 |
| 2008 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 2,25 | | |
| 1 | Ajuizada | 17/03/2008 | 24,14 | 24,06 | 0,96 | 46,85 | 96,01 |
| 2 | Ajuizada | 15/04/2008 | 24,14 | 24,06 | 0,96 | 46,55 | 95,71 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2008 | 24,14 | 24,06 | 0,96 | 46,27 | 95,43 |
| 4 | Ajuizada | 16/06/2008 | 24,14 | 24,06 | 0,96 | 45,98 | 95,14 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2008 | 24,14 | 24,06 | 0,96 | 45,68 | 94,84 |
| 6 | Ajuizada | 15/08/2008 | 24,14 | 24,06 | 0,96 | 45,40 | 94,56 |
| 7 | Ajuizada | 15/09/2008 | 24,14 | 24,06 | 0,96 | 45,10 | 94,26 |
| 8 | Ajuizada | 15/10/2008 | 24,09 | 24,01 | 0,96 | 44,73 | 93,79 |
| | | Subtotal: | 193,07 | 192,43 | 7,68 | 366,56 | 759,74 |
| | | Total Parcial: | 824,74 | 961,22 | 35,71 | 1.969,26 | 3.790,93 |
| 2009 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 2,25 | | |
| 1 | Ativa/CDA | 15/04/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 161,09 | 344,89 |
| 2 | Ativa/CDA | 15/05/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 160,02 | 343,82 |
| 3 | Ativa/CDA | 15/06/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 158,93 | 342,73 |
| 4 | Ativa/CDA | 15/07/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 157,85 | 341,65 |
| 5 | Ativa/CDA | 17/08/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 156,77 | 340,57 |
| 6 | Ativa/CDA | 15/09/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 155,68 | 339,48 |
| 7 | Ativa/CDA | 15/10/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 154,60 | 338,40 |
| 8 | Ativa/CDA | 16/11/2009 | 95,25 | 84,94 | 3,61 | 153,52 | 337,32 |
| 9 | Ativa/CDA | 15/12/2009 | 95,27 | 84,96 | 3,61 | 152,47 | 336,31 |
| | | Subtotal: | 857,27 | 764,48 | 32,49 | 1.410,93 | 3.065,17 |
| | | Total Parcial: | 1.682,01 | 1.725,70 | 68,20 | 3.380,19 | 6.856,10 |
| 2010 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,69 | | |
| 1 | Ativa/CDA | 15/04/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 96,47 | 216,19 |
| 2 | Ativa/CDA | 17/05/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 95,77 | 215,49 |
| 3 | Ativa/CDA | 15/06/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 95,07 | 214,79 |
| 4 | Ativa/CDA | 15/07/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 94,37 | 214,09 |
| 5 | Ativa/CDA | 16/08/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 93,65 | 213,37 |
| 6 | Ativa/CDA | 15/09/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 92,96 | 212,68 |
| 7 | Ativa/CDA | 15/10/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 92,26 | 211,98 |
| 8 | Ativa/CDA | 16/11/2010 | 64,52 | 52,85 | 2,35 | 91,54 | 211,26 |
| 9 | Ativa/CDA | 15/12/2010 | 64,51 | 52,84 | 2,34 | 90,83 | 210,52 |
| | | Subtotal: | 580,67 | 475,64 | 21,14 | 842,92 | 1.920,37 |
| | | Total Parcial: | 2.262,68 | 2.201,34 | 89,34 | 4.223,11 | 8.776,47 |
| 2011 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,69 | | |
| 1 | Ativa/CDA | 15/04/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 100,38 | 236,91 |
| 2 | Ativa/CDA | 16/05/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 99,59 | 236,12 |
| 3 | Ativa/CDA | 15/06/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 98,78 | 235,31 |
| 4 | Ativa/CDA | 15/07/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 97,98 | 234,51 |
| 5 | Ativa/CDA | 15/08/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 97,18 | 233,71 |
| 6 | Ativa/CDA | 15/09/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 96,37 | 232,90 |
| 7 | Ativa/CDA | 17/10/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 95,57 | 232,10 |
| 8 | Ativa/CDA | 16/11/2011 | 77,21 | 56,64 | 2,68 | 94,77 | 231,30 |
| 9 | Ativa/CDA | 15/12/2011 | 77,24 | 56,67 | 2,68 | 94,00 | 230,59 |
| | | Subtotal: | 694,92 | 509,79 | 24,12 | 874,62 | 2.103,45 |
| | | Total Parcial: | 2.957,60 | 2.711,13 | 113,46 | 5.097,73 | 10.879,92 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

**LEVANTAMENTO DE DÉBITOS**

Cadastro: 50258000 CPF/CNPJ:76.995.448/0001-54Quadra: 0071 Lote: CH-C
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO B LOTE VAGO
Possuidor: ASSOC DOS FUNCIONARIOS E AMIGOS DA 5° SDP
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE:

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2012 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 2012 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ativa/CDA | 16/04/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 101,08 | 253,14 |
| 2 | Ativa/CDA | 15/05/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 100,19 | 252,25 |
| 3 | Ativa/CDA | 15/06/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 99,29 | 251,35 |
| 4 | Ativa/CDA | 16/07/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 98,40 | 250,46 |
| 5 | Ativa/CDA | 15/08/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 97,50 | 249,56 |
| 6 | Ativa/CDA | 17/09/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 96,61 | 248,67 |
| 7 | Ativa/CDA | 15/10/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 95,72 | 247,78 |
| 8 | Ativa/CDA | 16/11/2012 | 91,53 | 57,55 | 2,98 | 94,82 | 246,88 |
| 9 | Ativa/CDA | 17/12/2012 | 91,56 | 57,58 | 2,98 | 93,96 | 246,08 |
| | | Subtotal: | 823,80 | 517,98 | 26,82 | 877,57 | 2.246,17 |
| | | Total Parcial: | 3.781,40 | 3.229,11 | 140,28 | 5.975,30 | 13.126,09 |
| 2013 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ativa | 15/04/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 119,70 | 321,18 |
| 2 | Ativa | 15/05/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 118,52 | 320,00 |
| 3 | Ativa | 17/06/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 117,33 | 318,81 |
| 4 | Ativa | 15/07/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 116,15 | 317,63 |
| 5 | Ativa | 15/08/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 114,97 | 316,45 |
| 6 | Ativa | 16/09/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 113,78 | 315,26 |
| 7 | Ativa | 15/10/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 112,60 | 314,08 |
| 8 | Ativa | 15/11/2013 | 128,98 | 68,55 | 3,95 | 111,40 | 312,88 |
| 9 | Ativa | 16/12/2013 | 129,00 | 68,56 | 3,95 | 110,23 | 311,74 |
| | | Subtotal: | 1.160,84 | 616,96 | 35,55 | 1.034,68 | 2.848,03 |
| | | Total Parcial: | 4.942,24 | 3.846,07 | 175,83 | 7.009,98 | 15.974,12 |
| 2013 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ativa | 15/03/2013 | 8,43 | 4,48 | 0,26 | 7,90 | 21,07 |
| 2 | Ativa | 15/04/2013 | 8,43 | 4,48 | 0,26 | 7,82 | 20,99 |
| 3 | Ativa | 15/05/2013 | 8,43 | 4,48 | 0,26 | 7,75 | 20,92 |
| 4 | Ativa | 17/06/2013 | 8,43 | 4,48 | 0,26 | 7,67 | 20,84 |
| 5 | Ativa | 15/07/2013 | 8,43 | 4,48 | 0,26 | 7,59 | 20,76 |
| | | Subtotal: | 42,15 | 22,40 | 1,30 | 38,73 | 104,58 |
| | | Total Parcial: | 4.984,39 | 3.868,47 | 177,13 | 7.048,71 | 16.078,70 |
| 2014 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ativa | 15/04/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 106,15 | 308,92 |
| 2 | Ativa | 15/05/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 104,96 | 307,73 |
| 3 | Ativa | 16/06/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 103,77 | 306,54 |
| 4 | Ativa | 15/07/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 102,58 | 305,35 |
| 5 | Ativa | 15/08/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 101,39 | 304,16 |
| 6 | Ativa | 15/09/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 100,19 | 302,96 |
| 7 | Ativa | 15/10/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 99,00 | 301,77 |
| 8 | Ativa | 17/11/2014 | 137,18 | 61,61 | 3,98 | 97,81 | 300,58 |
| 9 | Ativa | 15/12/2014 | 137,22 | 61,63 | 3,98 | 96,64 | 299,47 |
| | | Subtotal: | 1.234,66 | 554,51 | 35,82 | 912,49 | 2.737,48 |
| | | Total Parcial: | 6.219,05 | 4.422,98 | 212,95 | 7.961,20 | 18.816,18 |
| 2014 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ativa | 15/04/2014 | 8,56 | 3,84 | 0,25 | 6,62 | 19,27 |
| 2 | Ativa | 15/05/2014 | 8,56 | 3,84 | 0,25 | 6,55 | 19,20 |
| 3 | Ativa | 16/06/2014 | 8,56 | 3,84 | 0,25 | 6,47 | 19,12 |
| 4 | Ativa | 15/07/2014 | 8,56 | 3,84 | 0,25 | 6,40 | 19,05 |
| 5 | Ativa | 15/08/2014 | 8,56 | 3,84 | 0,25 | 6,32 | 18,97 |
| | | Subtotal: | 42,80 | 19,20 | 1,25 | 32,36 | 95,61 |
| | | Total Parcial: | 6.261,85 | 4.442,18 | 214,20 | 7.993,56 | 18.911,79 |
| 2015 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/04/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 90,96 | 291,78 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 89,78 | 290,60 |
| 3 | Ajuizada | 15/06/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 88,60 | 289,42 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 87,42 | 288,24 |
| 5 | Ajuizada | 17/08/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 86,23 | 287,05 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 85,05 | 285,87 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 83,87 | 284,69 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2015 | 144,98 | 51,90 | 3,94 | 82,68 | 283,50 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2015 | 145,01 | 51,91 | 3,94 | 81,52 | 282,38 |
| | | Subtotal: | 1.304,85 | 467,11 | 35,46 | 776,11 | 2.583,53 |
| | | Total Parcial: | 7.566,70 | 4.909,29 | 249,66 | 8.769,67 | 21.495,32 |
| 2015 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 16/03/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,54 | 17,63 |
| 2 | Ajuizada | 15/04/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,47 | 17,56 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,40 | 17,49 |
| 4 | Ajuizada | 15/06/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,33 | 17,42 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2015 | 8,72 | 3,13 | 0,24 | 5,26 | 17,35 |
| | | Subtotal: | 43,60 | 15,65 | 1,20 | 27,00 | 87,45 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

## LEVANTAMENTO DE DÉBITOS

Cadastro: 50258000 CPF/CNPJ:76.995.448/0001-54Quadra: 0071 Lote: CH-C
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO B LOTE VAGO
Possuidor: ASSOC DOS FUNCIONARIOS E AMIGOS DA 5° SDP
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE:

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 50258000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO | | | | | | |
| 2015 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| | Total Parcial: | | 7.610,30 | 4.924,94 | 250,86 | 8.796,67 | 21.582,77 |
| 2016 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/04/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 76,79 | 277,61 |
| 2 | Ajuizada | 16/05/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 75,60 | 276,42 |
| 3 | Ajuizada | 15/06/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 74,42 | 275,24 |
| 4 | Ajuizada | 15/07/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 73,24 | 274,06 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 72,05 | 272,87 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 70,87 | 271,69 |
| 7 | Ajuizada | 17/10/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 69,69 | 270,51 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2016 | 159,65 | 37,23 | 3,94 | 68,51 | 269,33 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2016 | 159,62 | 37,22 | 3,94 | 67,32 | 268,10 |
| | Subtotal: | | 1.436,82 | 335,06 | 35,46 | 648,49 | 2.455,83 |
| | Total Parcial: | | 9.047,12 | 5.260,00 | 286,32 | 9.445,16 | 24.038,60 |
| 2016 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,38 | 15,66 |
| 2 | Ajuizada | 15/04/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,32 | 15,60 |
| 3 | Ajuizada | 16/05/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,25 | 15,53 |
| 4 | Ajuizada | 15/06/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,19 | 15,47 |
| 5 | Ajuizada | 15/07/2016 | 8,97 | 2,09 | 0,22 | 4,12 | 15,40 |
| | Subtotal: | | 44,85 | 10,45 | 1,10 | 21,26 | 77,66 |
| | Total Parcial: | | 9.091,97 | 5.270,45 | 287,42 | 9.466,42 | 24.116,26 |
| 2017 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 1291,20 | | |
| 1 | Ajuizada | 17/04/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 91,84 | 386,43 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 90,11 | 384,70 |
| 3 | Ajuizada | 16/06/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 88,38 | 382,97 |
| 4 | Ajuizada | 17/07/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 86,65 | 381,24 |
| 5 | Ajuizada | 15/08/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 84,91 | 379,50 |
| 6 | Ajuizada | 15/09/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 83,18 | 377,77 |
| 7 | Ajuizada | 16/10/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 81,45 | 376,04 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2017 | 251,49 | 37,32 | 5,78 | 79,72 | 374,31 |
| 9 | Ajuizada | 15/12/2017 | 251,51 | 37,33 | 5,78 | 77,99 | 372,61 |
| | Subtotal: | | 2.263,43 | 335,89 | 52,02 | 764,23 | 3.415,57 |
| | Total Parcial: | | 11.355,40 | 5.606,34 | 339,44 | 10.230,65 | 27.531,83 |
| 2017 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ajuizada | 15/03/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,41 | 14,16 |
| 2 | Ajuizada | 17/04/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,35 | 14,10 |
| 3 | Ajuizada | 15/05/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,29 | 14,04 |
| 4 | Ajuizada | 16/06/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,23 | 13,98 |
| 5 | Ajuizada | 17/07/2017 | 9,18 | 1,36 | 0,21 | 3,16 | 13,91 |
| | Subtotal: | | 45,90 | 6,80 | 1,05 | 16,44 | 70,19 |
| | Total Parcial: | | 11.401,30 | 5.613,14 | 340,49 | 10.247,09 | 27.602,02 |
| 2018 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ajuizada | 16/04/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 76,23 | 392,29 |
| 2 | Ajuizada | 15/05/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 74,36 | 390,42 |
| 3 | Ajuizada | 15/06/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 72,50 | 388,56 |
| 4 | Ajuizada | 16/07/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 70,64 | 386,70 |
| 5 | Ajuizada | 16/08/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 68,79 | 384,85 |
| 6 | Ajuizada | 17/09/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 66,93 | 382,99 |
| 7 | Ajuizada | 15/10/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 65,07 | 381,13 |
| 8 | Ajuizada | 16/11/2018 | 277,76 | 32,10 | 6,20 | 63,21 | 379,27 |
| 9 | Ajuizada | 17/12/2018 | 277,75 | 32,10 | 6,20 | 61,35 | 377,40 |
| | Subtotal: | | 2.499,83 | 288,90 | 55,80 | 619,08 | 3.463,61 |
| | Total Parcial: | | 13.901,13 | 5.902,04 | 396,29 | 10.866,17 | 31.065,63 |
| 2020 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Ativa | 15/04/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 31,61 | 347,68 |
| 2 | Ativa | 15/05/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 29,75 | 345,82 |
| 3 | Ativa | 15/06/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 27,89 | 343,96 |
| 4 | Ativa | 15/07/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 26,03 | 342,10 |
| 5 | Ativa | 17/08/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 24,17 | 340,24 |
| 6 | Ativa | 15/09/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 22,31 | 338,38 |
| 7 | Ativa | 15/10/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 20,45 | 336,52 |
| 8 | Ativa | 16/11/2020 | 297,52 | 12,35 | 6,20 | 18,60 | 334,67 |
| 9 | Ativa | 15/12/2020 | 297,54 | 12,35 | 6,20 | 16,74 | 332,83 |
| | Subtotal: | | 2.677,70 | 111,15 | 55,80 | 217,55 | 3.062,20 |
| | Total Parcial: | | 16.578,83 | 6.013,19 | 452,09 | 11.083,72 | 34.127,83 |
| 2020 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Ativa | 16/03/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 1,10 | 11,47 |
| 2 | Ativa | 15/04/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 1,04 | 11,41 |
| 3 | Ativa | 15/05/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 0,98 | 11,35 |

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**

## LEVANTAMENTO DE DÉBITOS

Cadastro: 50258000 CPF/CNPJ:76.995.448/0001-54 Quadra: 0071 Lote: CH-C
Proprietário: PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO B LOTE VAGO
Possuidor: ASSOC DOS FUNCIONARIOS E AMIGOS DA 5° SDP
Endereço:RUA MARILIA 0 TELEFONE:

| Pr. | Situação | Vencimento | Principal | Correção | Multa | Juro | Corrigido |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2020 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 4 | Ativa | 15/06/2020 | 9,76 | 0,41 | 0,20 | 0,92 | 11,29 |
| 5 | Ativa | 15/07/2020 | 9,78 | 0,41 | 0,20 | 0,86 | 11,25 |
| | | Subtotal: | 48,82 | 2,05 | 1,00 | 4,90 | 56,77 |
| | | Total Parcial: | 16.627,65 | 6.015,24 | 453,09 | 11.088,62 | 34.184,60 |
| 2021 | 2 - Imposto Territorial | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,90 | | |
| 1 | Do Ano | 15/06/2021 | 306,42 | 0,00 | 6,13 | 5,52 | 318,07 |
| 2 | Do Ano | 15/07/2021 | 306,42 | 0,00 | 6,13 | 3,68 | 316,23 |
| 3 | Do Ano | 16/08/2021 | 306,42 | 0,00 | 6,13 | 1,84 | 314,39 |
| 4 | Do Ano | 15/09/2021 | 306,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 306,42 |
| 5 | Do Ano | 15/10/2021 | 306,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 306,42 |
| 6 | Do Ano | 16/11/2021 | 306,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 306,42 |
| 7 | Do Ano | 15/12/2021 | 306,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 306,42 |
| 8 | Do Ano | 17/01/2022 | 306,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 306,42 |
| 9 | Do Ano | 15/02/2022 | 306,42 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 306,42 |
| | | Subtotal: | 2.757,78 | 0,00 | 18,39 | 11,04 | 2.787,21 |
| | | Total Parcial: | 19.385,43 | 6.015,24 | 471,48 | 11.099,66 | 36.971,81 |
| 2021 | 14 - Cont. de Iluminação Pub. | | | Subdívida: 0 | Alíquota: 0,00 | | |
| 1 | Do Ano | 17/05/2021 | 6,46 | 0,00 | 0,13 | 0,16 | 6,75 |
| 2 | Do Ano | 15/06/2021 | 6,46 | 0,00 | 0,13 | 0,12 | 6,71 |
| 3 | Do Ano | 15/07/2021 | 6,46 | 0,00 | 0,13 | 0,08 | 6,67 |
| 4 | Do Ano | 16/08/2021 | 6,46 | 0,00 | 0,13 | 0,04 | 6,63 |
| 5 | Do Ano | 15/09/2021 | 6,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 6,48 |
| | | Subtotal: | 32,32 | 0,00 | 0,52 | 0,40 | 33,24 |
| | | Total Parcial: | 19.417,75 | 6.015,24 | 472,00 | 11.100,06 | 37.005,05 |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Total apurado | : | 37.005,05 | *Débitos com CDA: | 9.335,16 |
| Honorários | : | 0,00 | | |
| Desconto | : | 0,00 | | |
| TOTAL DEVIDO | : | 37.005,05 | | |
| Data de referência | : | 14/09/2021 | * Valor informativo, fazendo parte do 'TOTAL DEVIDO | |

# PROCURADORIA GERAL
# PARECER Nº 501/2021

**DIREITO TRIBUTÁRIO. CONSULTA DA COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE EXCLUSÃO DE DÉBITOS ORIUNDOS DE IPTU. DOAÇÃO DE IMÓVEIS POR MEIO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.819/1999. REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO DE IMÓVEIS PELA LEI MUNICIPAL Nº 5.477/2020. NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE DOAÇÃO. ART. 34 DO CTN. POSSIBILIDADE.**

## I – RELATÓRIO:

Trata-se de consulta subscrita pela Chefe da Divisão de Fiscalização/Tributação, por meio do memorando nº 087/2021, recepcionada por esta Procuradoria Geral em data de 14/09/2021, formulada nos seguintes termos:

> Através do requerimento nº 998/2021, os vereadores Claudemir Zanco e Marcos J. Marini solicitam a exclusão dos débitos de IPTU das chácaras 71-Cha1 e 71-Cha2, em nome da Associação Médica do Paraná, pelo fato da lei de doação do imóvel ter sido revogada, através da Lei 5.477 de 19 de março de 2020.
> Constam nos cadastros, débitos pendentes desde o ano de 2012 a 2014, os quais estão parcelados, e do ano de 2015 a 2020, que totalizam na chácara 1, o valor de R$ 27.024,82 e na chácara 2, o valor de R$ 21.647,90.
> Em ambos os cadastros existem ações de execução fiscal para cobrança de tributos.
> De acordo com a informação do requerimento dos nobres vereadores, "a solicitação busca que seja aplicado o princípio da isonomia, garantindo que a lei será aplicada de forma igualitária entre as pessoas, uma vez que a Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco encontrou-se na mesma situação e obteve sucesso na solicitação de exclusão dos débitos, inclusive os débitos de IPTU em dívida ativa".
> Em consulta ao cadastro do imóvel que havia sido doado para a Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco, verificamos que foram cancelados alguns débitos, de acordo com o memorando nº 1121/2020 da Procuradoria Geral, o qual informa que os débitos constantes na Ação de Execução Fiscal nº 3162-79.2020.8.16.0131 foram extintos.
> Na época, em resposta a outro requerimento da Câmara foi informado que os débitos seriam revistos de acordo com o princípio da confusão, previsto no artigo 381 do Código Civil.
> [...]
> Considerando que, em ambos os casos, os contribuintes ficaram de posse do imóvel, mesmo não cumprindo as exigências para a doação, solicitamos orientação se os débitos dos cadastros informados acima, tanto da Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão Policial de Pato Branco quanto da Associação Médica do Paraná, devem ser cancelados de acordo com o princípio ad confusão.
> Saliento que o requerimento foi recebido em data de 09/09/2021 e que o prazo de resposta é de 15 dias.

Juntou-se à consulta levantamento de débitos do cadastro nº 50255000, do imóvel chácara 1, da Associação Médica do Paraná, levantamento de débitos do cadastro nº 50256000, do imóvel chácara 2, da Associação Médica do Paraná, e



Rua Caramuru, 271 • 85501-060 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

22/09/2021

levantamento de débitos do cadastro nº 50258000, do imóvel chácara 2, da Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão de Pato Branco.

É o sucinto relato.

## II – FUNDAMENTAÇÃO:

Por meio da Lei Municipal nº 1.819, de 23 de abril de 1999, o Município de Pato Branco doou à Associação Médica do Paraná os imóveis chácara nº 71-A-1, com área de 3.080,00m² (três mil e oitenta metros quadrados), constante da matrícula sob nº 22.900, do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco/PR, sem benfeitorias, e chácara nº 71-A-2, com área de 2.800m² (dois mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, constante da matrícula sob nº 22.901, do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco/PR.

Tratou-se, como se observa, de doação onerosa, eis que a Associação Médica do Paraná se obrigou a construir sua sede social, com início no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da publicação da referida Lei, conforme art. 1º, § único, II e III:

> Art. 1º. [...]
> Parágrafo único. A doação de que trata o caput fica condicionada ao seguinte:
> I – inalienabilidade permanente;
> II – destinação do imóvel exclusivamente para que a donatária edifique sua sede social e busque o cumprimento dos seus objetivos estatutários, vedado qualquer outro;
> III – início da execução da sede social proposta no pedido objeto do protocolo nº 209793, de 28 de outubro de 1998, da Prefeitura Municipal, na forma nele contida, no prazo máximo de noventa dias, contados da publicação desta Lei;
> IV – a escritura pública de doação somente será outorgada após a conclusão da sede social da donatária;
> V – revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei e na Lei nº 1207, de 03 de maio de 1993, com as alterações dadas pela Lei nº 1260, de 18 de novembro de 1993. (grifos inexistentes no texto original)

Contudo, em virtude de que a Associação Médica do Paraná não cumpriu com o encargo da doação, foi declarada a sua revogação, por meio da Lei Municipal nº 5.477, de 19 de março de 2020, reincorporando o imóvel doado ao patrimônio público municipal.

Explicando, a reversão (revogação) da doação é instituto que encontra amparo legal no art. 555 do Código Civil, podendo ocorrer por ingratidão do donatário ou por inexecução do encargo. A Administração Pública pode doar bens públicos, desde que os fins da doação convirjam para o interesse da coletividade, e a doação onerosa é feita para que o donatário utilize o imóvel para fins de interesse público, de forma que, se não o fizer, o bem volta para o patrimônio do doador, nos termos do mencionado dispositivo.



Rua Caramuru, 271 • 85501-060 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

Segundo SILVIO DE SALVO VENOSA[1], "doação modal, onerosa ou com encargo é aquela na qual a liberalidade vem acompanhada de incumbência atribuída ao donatário, em favor do doador ou de terceiro, ou no interesse geral (art. 553 do CC). Será doação onerosa, por exemplo, aquela na qual se doa prédio para instalação de escola nela colocando-se o nome do doador; doa-se terreno à Municipalidade, para construção de espaço esportivo ou área de lazer, etc. Se o devedor não fixar prazo para a conclusão do encargo o donatário deve ser constituído em mora".

Conforme preleciona CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA[2], a doação modal ou com encargo é aquela que, "sem prejuízo do *animus donandi*, contém imposição de um dever ao donatário, o qual tem de cumpri-lo nas mãos do próprio doador, nas de certa pessoa, ou de alguém indeterminado".

Como se vê, portanto, na hipótese de doação modal, o descumprimento do encargo imposto ao donatário, ainda que em benefício do interesse geral, ensejará a sua revogação. A situação em liça, por oportuno, em vista do descumprimento da obrigação atribuída à Associação Médica do Paraná, apresenta encaixe à previsão legal do art. 555 do Código Civil, com a reversão do imóvel doado ao patrimônio público municipal.

Já no que diz respeito ao requerimento da Câmara de Vereadores para cancelamento dos débitos de IPTU incidentes sobre os referidos imóveis, no sentido de que a Associação Médica do Paraná não poderia ser responsabilizada pelo pagamento dos mencionados tributos, diante da não concretização da doação e consequente reversão dos imóveis ao patrimônio público da Municipalidade, necessário tecer algumas considerações.

Tendo em vista que houve a doação dos imóveis indicados inicialmente à Associação Médica do Paraná, por meio da Lei Municipal nº 1.819, de 23 de abril de 1999, com encargos, por consequência houve o lançamento de IPTU sobre eles, considerando que o fato gerador do referido imposto não é somente a propriedade, mas também o domínio útil ou a posse do imóvel, nos termos do art. 32 do Código Tributário Nacional.

Ademais, conforme dispõe o art. 34 do CTN, "contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título". Neste sentido, verifica-se que a opção do legislador municipal, por meio do art. 71, caput, do Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 001/98, de 17 de dezembro de 1998), foi no seguinte sentido: "é contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor de imóvel, a qualquer título".

Noutras palavras, a obrigação *propter rem* é uma relação entre o atual proprietário ou possuidor do bem e a obrigação decorrente da existência da coisa.

---

[1] VENOSA, Silvio de Salvo. *Direto Civil - Contratos em Espécie*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004, p. 125.
[2] PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 5ª ed. Vol. III. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 220.



Rua Caramuru, 271 • 85501-060 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

Assim, a doação não exime o donatário da responsabilidade pelo pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel recebido em doação.

Pelo contrário.

É ônus do donatário e possuidor direto o pagamento das despesas ordinárias de conservação do bem, a fim de mantê-lo no mesmo estado que o recebeu, além das prestações e tributos devidos pela posse.

Desta forma, pelo menos por enquanto, durante o período compreendido entre 23 de abril de 1999, data da sanção da Lei Municipal nº 1.819/99, e 19 de março de 2020, data da reversão dos imóveis ao erário municipal, tem-se que a Associação Médica do Paraná possuía o domínio e a posse do imóvel. Como consequência, inobstante não se tenha implementado a propriedade do imóvel, em decorrência do descumprimento das condições impostas na Lei que autorizou a doação, a Associação Médica do Paraná responde pelos débitos na qualidade de possuidora do imóvel.

De acordo com entendimento jurisprudencial acerca da matéria:

> AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - EXECUÇÃO FISCAL - DÉBITO DE IPTU - IMÓVEL DOADO PELO MUNICÍPIO COM ENCARGO - REVERSÃO DO BEM AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL APÓS A OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR - ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA - PRESCRIÇÃO PARCIAL - QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA - RECONHECIDA - PARCIAL PROVIMENTO. - Na via restrita da exceção de pré- executividade do título, cabe apenas a discussão de questões referentes aos pressupostos processuais, condições da ação e vícios objetivos dos títulos, tais como certeza, liquidez e exigibilidade, tão evidentes, que possam ser verificados de plano, vez que o procedimento não permite instrução probatória - Nos termos do art. 32 do CTN, o fato gerador do IPTU é verificado em razão da propriedade, do domínio útil ou da posse do imóvel, localizado em zona urbana municipal - A condição resolutiva põe fim aos efeitos da doação pactuada entre as partes após a ocorrência de evento futuro e incerto, não suspendendo de imediato a eficácia do negócio jurídico quanto à aquisição e ao exercício do direito. Hipótese em que a reversão do bem imóvel ao patrimônio do Município ocorreu em data posterior ao fato gerador do tributo - Decorridos mais de cinco anos entre o vencimento da obrigação tributária e o despacho que determinou a citação do executado, encontra-se prescrito o direito de cobrança do crédito. (grifos inexistentes no texto original)
> (TJ-MG – AI 10210120075275001, Relator: Geraldo Augusto, Data de Julgamento: 30/04/2019, Data de Publicação: 07/05/2019)

> AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO FISCAL - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - IPTU - COISA JULGADA - INOCORRÊNCIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA - REVERSÃO DE BEM IMÓVEL - DATA POSTERIOR AO FATO GERADOR. - O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que a exceção de pré-executividade somente é cabível quando a alegação do executado não necessite de instrução probatória o que significa a existência de prova pré-constituída do que foi alegado, conforme se infere da Súmula 393 - A controvérsia recursal delimita-se com o inconformismo da parte excipiente/agravante em face de decisão que rejeitou exceção de pré-executividade arguida no curso da Execução Fiscal. A fundamentação que visa desconstituir a decisão agravada consiste



Rua Caramuru, 271 • 85501-060 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

na ilegitimidade passiva, tendo em vista a reversão de bem imóvel - Nos termos do art. 337 e parágrafos do CPC/2015 incumbe ao réu alegar e provar a ocorrência da coisa julgada, que consiste no ajuizamento e julgamento, com trânsito em julgado, de anterior ação idêntica (mesmas partes, causa de pedir e pedido) - Observando que a parte excepta não demonstra com a clareza necessária quais foram os tributos e os exercícios discutidos em outra demanda, afasta-se a tese de coisa julgada - Nos termos do art. 34 do CTN o "contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título" - Constatando-se que a reversão de bem imóvel ocorreu em momento ulterior a ocorrência dos fatos geradores, naturalmente recai responsabilidade tributária ao excipiente/executado. (grifos inexistentes no texto original)
(TJ-MG – AI 10210180019486001, Relator: Ângela de Lourdes Rodrigues, Data de Julgamento: 21/07/0020, Data de Publicação: 28/07/2020)

Assim, muito embora tenha sido revogada a doação dos imóveis, a cobrança de IPTU em face da Associação Médica do Paraná se mostra, aparentemente, devida.

Fala-se em aparente possibilidade pelo fato que a seguir será relatado.

Pois bem, a respeito do processo de Execução Fiscal nº 0003162-79.2020.8.16.0131, em trâmite na 2ª Vara da Fazenda Pública de Pato Branco/PR, movido em face da Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão de Pato Branco, para cobrança de débitos de IPTU incidentes sobre imóvel doado pela Municipalidade, houve sentença de extinção da ação, tendo em vista o reconhecimento de que a referida Associação havia sido formalmente notificada da revogação da doação em 2011 e que não exercia mais a posse do terreno.

Portanto, a extinção da referida execução, e consequente levantamento de débitos de IPTU, foi motivada pelo fato de ter havido notificação prévia da donatária acerca da revogação da doação do imóvel, o que não se tem conhecimento no caso da Associação Médica do Paraná.

Sugere-se, assim, que antes de verificar a possibilidade de cancelamento e levantamento dos débitos de IPTU da Associação Médica do Paraná incidentes sobre os imóveis cuja doação foi revogada, a Coordenação de Fiscalização/Tributação promova diligências no sentido de confirmar se houve notificação extrajudicial da Associação acerca da revogação da doação.

Sendo positiva a diligência, no sentido de encontrar notificação extrajudicial prévia da Associação Médica do Paraná, sem resistência desta acerca da reversão da doação, não existe óbice para que a Coordenação promova a exclusão/extinção dos débitos, a partir do decurso do prazo concedido à Associação para se manifestar acerca da notificação. Isso porque, como demonstrado acima, considerando que o IPTU tem como fato gerador, além da propriedade, o domínio útil e a posse do imóvel (CTN, art. 32), e não



Rua Caramuru, 271 • 85501-060 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

tendo a Associação Médica do Paraná posse do imóvel a partir da notificação, não seria devido por ela o pagamento do IPTU.

Por consequência, a partir do retorno dos imóveis à Municipalidade, configurado está o instituto da confusão (CC, art. 381), visto que o Município é credor e devedor da respectiva obrigação tributária, sendo possível o levantamento dos débitos de IPTU sobre os imóveis.

> Art. 381. Extingue-se a obrigação, desde que na mesma pessoa se confundam as qualidades de credor e devedor.

A confusão é geralmente definida na doutrina civilista como a reunião em uma mesma pessoa da condição de credor e devedor acarretando, dessa forma, a extinção da obrigação. Para ANDERSON SCHREIBER[3], "confusão é a reunião das situações jurídicas subjetivas creditória e debitória em um mesmo centro de interesses, tornando inútil a preservação da relação obrigacional".

Apesar da ausência da confusão no rol de hipóteses de extinção do crédito tributário do art. 156 do Código Tributário Nacional, doutrina e jurisprudência se convergem no sentido de que referido rol seria exemplificativo, extraindo da confusão os exemplos que reforçam essa conclusão:

> Imagine-se, por exemplo, que um Município receba, mediante doação, imóvel urbano, sobre o qual penda débito referente ao IPTU. O credor e o devedor tributários, desse modo, confundem-se na mesma pessoa, acarretando a extinção da correspondente obrigação[4].

Por fim, quanto à situação da Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão de Pato Branco, uma vez que já reconhecido judicialmente o direito de não ser cobrada por IPTU a partir da notificação da revogação da doação do imóvel (processo nº 0003162-79.2020.8.16.0131), com o retorno do imóvel ao patrimônio do Município, igualmente possível a extinção do crédito tributário a partir do mencionado momento, tendo em vista a ocorrência do instituto da confusão.

## III – CONCLUSÃO:

Diante do exposto, respondendo ao questionamento formulado na consulta, entende-se pela possibilidade do levantamento e do cancelamento dos débitos de IPTU incidentes sobre os imóveis objetos de doações pelo Município à Associação Médica do Paraná e à Associação dos Funcionários da 5ª Subdivisão de Pato Branco,

---

[3] SCHREIBER, Anderson. *Manual de direito civil: contemporâneo*. 3ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 358.

[4] COSTA, Helena Regina. *Curso de Direito Tributário - Constituição e Código Tributário Nacional*. 10ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2020, p. 280.



Rua Caramuru, 271 • 85501-060 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

respectivamente, respeitadas as considerações e as sugestões devidamente elencadas, indo ao encontro da doutrina e da jurisprudência pacífica acerca da matéria.

É o parecer, em 07 (sete) laudas.

Pato Branco – PR, 22 de setembro de 2021.

**Henrique Antonio de Lima**
Procurador Jurídico do Município
OAB/PR nº 81.952



Rua Caramuru, 271 • 85501-060 • Pato Branco • Paraná
Fone/Fax (46) 3220.1544 www.patobranco.pr.gov.br

# Memorando 091/2021

**Para:** Secretaria de Desenvolvimento Econômico
**De:** Coordenação de Fiscalização / Tributação
**Data:** 24/09/2021
**Assunto:** Informações

Prezado Secretário,

Com a finalidade de obter elementos para responder ao Requerimento nº. 988/2021 da Câmara de Vereadores, e seguindo recomendação da Procuradoria Geral, solicitamos informações desta Secretaria quanto à doação e revogação do imóvel para Associação Médica do Paraná.

Faz-se necessário saber, se houve qualquer tipo de notificação extrajudicial da Associação Médica do Paraná quanto à revogação da doação.

Salientamos, que o prazo para resposta é até o dia 29/09, portanto, solicitamos urgência na resposta.

Sendo o que havia para momento, renovo protestos de estima e consideração.

Julli Rebonatto
Julli Rebonatto
Chefe da Divisão de Fiscalização e Tributação

Recebido em 24 / 09 / 21
Horário 16 horas 33 minutos
Secret./Dpto. Desenv. Econômico
Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO ESTADO DO PARANÁ SERVIÇOS DE EXPEDIENTE/PROTOCOLO

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

NUMERO DO PROCESSO: 439608

Assunto : SEC ADM E FINANÇAS
Subassunto: SOLICITAÇÃO FAZ
No. Processo : 439608
Data Processo : 28/09/2021
Requerente : SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Fone :
Identificador de processo (Internet) : ZF72B27
Súmula:
E-mail:

Cassiana .
Assinatura do Requerente

PATO BRANCO – PARANÁ

HORA DO PROTOCOLO : 09:41:34

Agora você pode acompanhar seu Protocolo pela Internet acesse www.patobranco.pr.gov.br no link Protocolo On-line.

Município de Pato Branco
Fls. 2
Servidor

MUNICÍPIO DE
**PATO BRANCO**
**Secretaria de Desenvolvimento Econômico**

Memorando Nº 170/2021 Pato Branco, 27 de setembro de 2021.

**DE:** Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

**PARA**: Secretaria de Administração e Finanças - Coordenação de Fiscalização/Tributação.

**Ref.: Informações Associação Médica do Paraná.**

**Senhor,**

Em resposta ao memorando nº91/2021 referente a informações sobre a Associação Médica do Paraná, temos a informar:

Considerando que a Associação Médica do Paraná recebeu em doação através da Lei nº 1.819 de 23 de abril de 1999 o imóvel, chácaras nº71-A-1 com área de 3.080,00m² ( três mil e oitenta metros quadrados), constante da matrícula sob nº22.900. do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pata Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias e chácara nº71-A-2, com área de 2.800,00m² (dois mil e oitocentos metros quadrados), constante da matrícula sob nº22.901, do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pata Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias.

Considerando que na data de 24 de maio de 2011 o Município de Pato Branco notificou extrajudicialmente a Associação Médica do Paraná, Regional Pato Branco, estabelecendo um prazo de 05(cinco) dias contados a partir do recebimento da notificação para que a Associação Médica do Paraná se manifestasse acerca do cumprimento da Lei nº1.819/1999.

Considerando que na data de 30 de maio de 2011 a Associação contra notificou o Município de Pato Branco solicitando, interferência do gestor público para que resolvesse junto a COPEL a passagem de rede de alta tensão pelo terreno recebido em doação pela Associação Medica do Paraná, Regional Pato Banco.



Município de Pato Branco
Fls. 3
Servidor

MUNICÍPIO DE
**PATO BRANCO**
**Secretaria de Desenvolvimento Econômico**

Considerando que de acordo com o estudo sobre a utilização de terreno doado pelo município, em vistoria realizada na data de 09 de agosto de 2011, foi constatado que sobre o terreno 71-A-1 tem um campo de futebol e que não existem edificações sobre os terrenos objeto da doação à Associação Médica do Paraná, não cumprindo o estabelecido na Lei nº1.819 de 23 de abril de 1999.

A doação do imóvel à Associação Médica do Paraná, através da Lei nº1.819 de 23 de abril de 1999, **foi revogada, conforme Lei nº5.477 de 19 de março de 2020**.

Em anexo enviamos cópias:

- Lei Municipal nº1.819 de 23 de abril de 1999;
- Lei Municipal nº5.477 de 19 de março de 2020;
- Estudo sobre a Utilização de Terreno Doado pelo Município;
- Notificação Extrajudicial;
- Contra Notificação;

Sendo o que tínhamos a tratar, nos colocamos a disposição para novos esclarecimentos acerca da matéria, caso necessário.

Atenciosamente,

Marcos Colla
Secretário de Desenvolvimento Econômico

Rua Caramuru, 271 - CEP: 85.501-064 - Pato Branco - Paraná
Fone/Fax (46) 3220 1567 –admdesenvolvimento@patobranco.pr.gov.br /
www.patobranco.pr.gov.br

Município de Pato Branco
Fls. 4
Servidor

# LEI Nº 5.477, DE 19 DE MARÇO DE 2020

Revoga a doação de que trata a Lei nº 1.819, de23 de abril de 1999.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1°** Fica revogada a doação de que trata a Lei nº 1.819, de 23 de abril de1999, que autorizou doar das chácaras nº 71-A-1, com área de 3.080,00m² (três mil e oitenta metros quadrados), constante da matrícula sob nº 22.900, do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias, avaliada em R$6.160,00 (seis mil e cento e sessenta reais) e chácara nº 71-A-2, com área de 2.800m² (dois mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, constante da matrícula sob nº 22.901, do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias, avaliada em R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), para a Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco, inscrita no CNPJ/MF sob nº 78.243.235/0001-00.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.

AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

| | |
|---|---|
| Publicado em 20 / 03 / 2020 | Publicado em 21/22 / 03 / 2020 |
| Edição: 1973 | Edição: 1601 Pág: "B" 3 |
| DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ Publicado por Ana Cristina R. S. Piacentini | JORNAL DIÁRIO DO SUDOESTE Publicado por Ana Cristina R. S. Piacentini |

Município de Pato Branco
Fls. 5
Servidor

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 5.477, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Revoga a doação de que trata a Lei nº 1.819, de23 de abril de 1999.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a doação de que trata a Lei nº 1.819, de 23 de abril de1999, que autorizou doar dois imóveis nº 71-A-1, com área de 2.980,00m² (dois mil e oitenta metros quadrados), constante da matrícula sob nº 22.900, do 1 °Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias, avaliado em R$6.100,00 (seis mil e cento e sessenta reais) e imóvel nº 71-A-2, com área de 2.800m² (dois mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, constante da matrícula sob nº 22.901 do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias, avaliado em R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), para a Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco, inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.243.235/0001-00.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 5.478, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 20.282,91 (vinte mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0030 | Manutenção do Ensino | 20.282,91 |

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.095 | Manutenção dos Centros de Educação Infantil | 20.282,91 |

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar nova Fonte de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 20.282,91 (vinte mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA | |
| 07.01 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 12 | Educação | |
| 12.365 | Educação Infantil | |
| 12.365.0030 | Manutenção do Ensino | |
| 2.095 | Manutenção dos Centros de Educação Infantil | |
| 3.3.90.93 – 154 | Indenizações e Restituições | 20.282,91 |
| Total | | 20.282,91 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificado:

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 154 - Convênio PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos | 20.282,91 |
| Total | 20.282,91 |

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**DECRETO Nº 8.634, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Abre Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 20.282,91 (vinte mil, duzentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.478, de 19 de março de 2020,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue.

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0030 | Manutenção do Ensino | 20.282,91 |

Art. 2º Fica criada ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.095 | Manutenção dos Centros de Educação Infantil | 20.282,91 |

Art. 3º Fica criada nova Fonte de Recurso e aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 20.282,91 (vinte mil duzentos e oitenta e dois reais e noventa e um centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA | |
| 07.01 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 12 | Educação | |
| 12.365 | Educação Infantil | |
| 12.365.0030 | Manutenção do Ensino | |
| 2.095 | Manutenção dos Centros de Educação Infantil | |
| 3.3.90.93 – 154 | Indenizações e Restituições | 20.282,91 |
| Total | | 20.282,91 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificado:

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 154 - Convênio PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos | 20.282,91 |
| Total | 20.282,91 |

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 5.479, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 20,25 (vinte reais e vinte e cinco centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0030 | Manutenção do Ensino | 20,25 |

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.095 | Manutenção dos Centros de Educação Infantil | 20,25 |

Art. 3º Fica criada nova Fonte de recurso e aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 20,25 (vinte reais e vinte e cinco centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA | |
| 07.01 | DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO | |
| 12 | Educação | |
| 12.365 | Educação Infantil | |
| 12.365.0030 | Manutenção do Ensino | |
| 2.095 | Manutenção dos Centros de Educação Infantil | |
| 3.3.90.93 – 154 | Indenizações e Restituições | 20,25 |
| Total | | 20,25 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificado:

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 154 - Convênio PAR 201306177 - Brinquedos Didáticos | 20,25 |
| Total | 20,25 |

Art. 5º Este Decreto entra em vigorna data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 5.480, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 49,73 (quarenta e nove reais e setenta e três centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0041 | Manutenção do Esporte | 49,73 |

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.225 | Manter o esporte de Categoria de Base, Equipes de Rendimento e Participação em Jogos Oficiais | 49,73 |

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar nova Fonte de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 49,73 (quarenta e nove reais e setenta e três centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | |
| 16.02 | DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER | |
| 27 | Desporto e Lazer | |
| 27.811 | Desporto de Rendimento | |
| 27.811.0041 | Manutenção do Esporte | |
| 2.225 | Manter o esporte de Categoria de Base, Equipes de Rendimento e Participação em Jogos Oficiais | |
| 3.3.90.30 – 967 | Material de Consumo | 49,73 |
| Total | | 49,73 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificado:

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 967 - Implantação e Desenvolvimento do Projeto Futebol de Base - Emenda Parlamentar - Convênio 881625/2018, Nº Processo: 58000.002755/2018-66 | 49,73 |
| Total | 49,73 |

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**DECRETO Nº 8.636, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Abre Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 49,73 (quarenta e nove reais e setenta e três centavos).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.480, de 19 de março de 2020,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0041 | Manutenção do Esporte | 49,73 |

Art. 2º Fica criada ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.225 | Manter o esporte de Categoria de Base, Equipes de Rendimento e Participação em Jogos Oficiais | 49,73 |

Art. 3º Fica criada nova Fonte de Recurso e aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 49,73 (quarenta e nove reais e setenta e três centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | |
| 16.02 | DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER | |
| 27 | Desporto e Lazer | |
| 27.811 | Desporto de Rendimento | |
| 27.811.0041 | Manutenção do Esporte | |
| 2.225 | Manter o esporte de Categoria de Base, Equipes de Rendimento e Participação em Jogos Oficiais | |
| 3.3.90.30 – 967 | Material de Consumo | 49,73 |
| Total | | 49,73 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 967 - Implantação e Desenvolvimento do Projeto Futebol de Base - Emenda Parlamentar - Convênio 881625/2018, Nº Processo: 58000.002755/2018-66 | 49,73 |
| Total | 49,73 |

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 5.481, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 152.383,16 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e três reais e dezessete centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0041 | Manutenção do Esporte | 152.383,16 |

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.225 | Manter o esporte de Categoria de Base, Equipes de Rendimento e Participação em Jogos Oficiais | 152.383,16 |

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar novas Fontes de recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 152.383,16 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e oitenta e três reais e dezessete centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 16 | SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER | |
| 16.02 | DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER | |
| 27 | Desporto e Lazer | |
| 27.811 | Desporto de Rendimento | |
| 27.811.0041 | Manutenção do Esporte | |
| 2.225 | Manter o esporte de Categoria de Base, Equipes de Rendimento e Participação em Jogos Oficiais | |
| 3.3.90.30 – 967 | Material de Consumo | 50.283,16 |
| 3.3.90.30 – 970 | Material de Consumo | 63.342,5 |
| 3.3.90.39 – 970 | Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica | 38.857,50 |
| Total | | 152.383,16 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Excesso de Arrecadação de Fonte de Recurso Vinculada, assim especificado:

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 967 - Implantação e Desenvolvimento do Projeto Futebol de Base - Emenda Parlamentar - Convênio 881625/2018, Nº Processo: 58000.002755/2018-66 | 50.283,16 |
| 970 - Realização da I Copa Cidade de Pato Branco de Futsal - convênio nº 8663612019 | 102.000,00 |
| Total | 152.383,16 |

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 5.483, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 2.204.922,49 (dois milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0040 | Promover a Cultura | 2.204.922,49 |

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a criar ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.108 | Manutenção do Departamento Cultural | 2.204.922,49 |

Art. 3º Autoriza o Executivo Municipal a criar nova Fonte de Recurso e a abrir no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 2.204.922,49 (dois milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 07.04 | DEPARTAMENTO DE CULTURA | |
| 13 | Educação | |
| 13.392 | Difusão Cultural | |
| 13.392.0040 | Promover a Cultura | |
| 2.108 | Manutenção do Departamento Cultural | |
| 4.4.90.51 – 514 | Obras e Instalações | 2.204.922,49 |
| Total | | 2.204.922,49 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especial será utilizado os recursos de Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificada:

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 514 - Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de outras áreas. | 2.204.922,49 |
| Total | 2.204.922,49 |

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**DECRETO Nº 8.638, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Abre Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 2.204.922,49 (dois milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos).

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, inciso XXIII, da Lei Orgânica Municipal, e com base na Lei nº 5.483, de 19 de março de 2020,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Fica alterado o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue.

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0040 | Promover a Cultura | 2.204.922,49 |

Art. 2º Fica criada ação na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

| Ação | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 2.108 | Manutenção do Departamento Cultural | 2.204.922,49 |

Art. 3º Fica criada nova Fonte de Recurso e aberto no Orçamento Geral do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Crédito Especial por Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada no valor de R$ 2.204.922,49 (dois milhões, duzentos e quatro mil, novecentos e vinte e dois reais e quarenta e nove centavos) na classificação funcional programática abaixo:

| Código | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 07 | SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA | |
| 07.04 | DEPARTAMENTO DE CULTURA | |
| 13 | Educação | |
| 13.392 | Difusão Cultural | |
| 13.392.0040 | Promover a Cultura | |
| 2.108 | Manutenção do Departamento Cultural | |
| 4.4.90.51 – 514 | Obras e Instalações | 2.204.922,49 |
| Total | | 2.204.922,49 |

Art. 4º Para cobertura do presente Crédito Especialserá utilizado os recursos de Superávit Financeiro da Fonte de Recurso Vinculada, assim especificado

| Fonte | Valor R$ |
|---|---|
| 514 - Indenizações Recebidas por Bens Sinistrados de outras áreas. | 2.204.922,49 |
| Total | 2.204.922,49 |

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 19 de março de 2020.
AUGUSTINHO ZUCCHI
Prefeito

**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO – ESTADO DO PARANÁ**
**LEI Nº 5.482, DE 19 DE MARÇO DE 2020**

Autoriza o Executivo Municipal a abrir Crédito Especial no exercício de 2020, no valor de R$ 1.965,83 (mil e novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Executivo Municipal alterar o Programa da Lei nº 5.033/2017 e alterações posteriores do PPA (Plano Plurianual) do período 2018/2021, conforme segue:

| Programa | Especificação | Valor R$ |
|---|---|---|
| 0019 | Serviços Urbanos e Ambientais | 1.965,83 |

Art. 2º Autoriza o Executivo Municipal a alterar valor de ação e a abrir nova fonte de recursos na Lei nº 5.380/2019 e alterações posteriores da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) do exercício de 2020, conforme segue:

Município de Pato Branco
Fls. 6
Servidor

# Prefeitura Municipal de Pato Branco

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.**

De: Luiz Marini
Para: Júlio César H. Lattmann – Secretário.
Assunto: Estudo sobre utilização de terreno

# Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco

# ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE TERRENO DOADO PELO MUNICÍPIO

**01**- Através da Lei nº **1.819** de 23 de abril de 1.999 a Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco, recebeu a doação dos imóveis: Chácara nº 71-A-1 (Setenta e um – A - um) com área de **3.080,00** m², (três mil e oitenta metros quadrados) constante da Matricula nº 22.900, do Cartório do 1º Oficio do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco – PR e Chácara nº 71-A-2 (Setenta e um – A - dois) com área de **2.800,00** m², (dois mil e oitocentos metros quadrados) constante da Matricula nº 22.901, do Cartório do 1º Oficio do Registro de Imóveis da Comarca de Pato Branco - PR.

**02-** Em visita realizada pelos servidores Luiz Marini da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e Rosângela da Silva Rossatti da Secretaria de Engenharia, Obras e Serviços Públicos aos

Município de Pato Branco
Fls. 4
Servidor

terrenos doados na Rua Marília para diversas Associações os mesmos constataram que em alguns terrenos não haviam sido edificadas as sedes das Associações para as quais haviam sido destinados os terrenos.

**03-** Em data de 24 de maio de 2011, o servidor Luiz Marini da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico realizou visita ao terreno doado para a Associação e constatou que a mesma não havia edificado sua sede até a data da visita e que apenas um campo de futebol havia sido construído sobre o terreno 71-A-1, conforme relatório de visita com fotos em anexo.

**04-** Em data de 24 de maio de 2011 a Secretaria enviou Notificação Extrajudicial à Associação dando prazo de 05 (cinco) dias para que a mesma se manifestasse quanto ao inciso III do parágrafo único da Lei nº **1.511** que prevê: ***"início da execução das obras no prazo máximo de 90(noventa) dias, contados da publicação desta Lei"***, ainda o inciso V: ***revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das condições...".***

**06-** Dentro do prazo estipulado para manifestação da Associação a mesma respondeu à Notificação Extrajudicial dizendo que sobre o terreno 71-A-2 existe rede de eletrificação de alta tensão que não permite que seja construída no local a sua sede.

**07-** Em vistoria realizada em data de 09 de agosto de 2011, pelos servidores Luiz Marini e Rosângela da Silva Rossatti os mesmos constataram que sobre o sobre o terreno 71-A-1 tem um campo de

Município de Pato Branco
Fls. 8
Servidor

futebol e que não existem edificações sobre os terrenos objeto da doação à Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco, o que está descrito em relatório e fotos em anexo.

**08-** Diante do exposto, **conclui-se** que a Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco **não cumpriu** com o estabelecido na Lei nº 1.819 de 23 de abril de 1.999.

Este é o parecer salvo melhor juízo.

Pato Branco, 09 de agosto de 2011.

Luiz Marini

Secretaria de Desenvolvimento
Econômico e Tecnológico

Rosângela da Silva Rossatti

Secretaria de Engenharia,
Obras e Serviços Públicos

Município de Pato Branco
Fls. 9
Servidor

# LEI Nº 1819/1999

**DATA:** 23 de abril de 1999.
**SÚMULA:** Autoriza doação de área de imóvel para a Associação dos Médicos.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a doação das chácaras nº 71-A-1, com área de 3.080,00m$^2$ (três mil e oitenta metros quadrados), constante da matrícula sob nº 22.900, do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias, avaliada em R$ 6.160,00 (seis mil, cento e sessenta reais) e chácara nº 71-A-2, com área de 2.800m$^2$ (dois mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, constante da matrícula sob nº 22.901, do 1º Ofício do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Pato Branco, Estado do Paraná, sem benfeitorias, avaliada em R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), para a Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco, inscrita no CGC sob nº 78.243.235/0001-00.

**Parágrafo único.** A doação de que trata o *caput* fica condicionada ao seguinte:

I – inalienabilidade permanente;

II – destinação do imóvel exclusivamente para que a donatária edifique sua sede social e busque o cumprimento dos seus objetivos estatutários, vedado qualquer outro;

III – início da execução da sede social proposta no pedido objeto do protocolo nº 209793, de 28 de outubro de 1998, da Prefeitura Municipal, na forma nele contida, no prazo máximo de noventa dias, contados da publicação desta Lei;

IV – a escritura pública de doação somente será outorgada após a conclusão da sede social da donatária;

V – revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das condições estabelecidas nesta Lei e na Lei nº 1207, de 03 de maio de 1993, com as alterações dadas pela Lei nº 1260, de 18 de novembro de 1993.

**Art. 2º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, em 23 de abril de 1999.

Alceni Guerra
Prefeito Municipal

Município de Pato Branco
Fls. 10
Servidor

## NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

**NOTIFICANTE:** Município de Pato Branco através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico.

**NOTIFICADA**: Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco.

### TEOR DA PRESENTE NOTIFICAÇÃO:

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em direito, o NOTIFICANTE, por seu representante que a esta subscreve, vem formal e respeitosamente NOTIFICAR, sobre os seguintes fatos que a seguir passa a expor:

CONSIDERANDO que a Associação Médica do Paraná, Regional de Pato Branco é detentora de incentivo através da Lei Municipal 1819/1999.

CONSIDERANDO, que o inciso III do parágrafo único da referida Lei prevê: ***"início da execução das obras no prazo máximo de 90(noventa) dias, contados da publicação desta Lei"***, ainda o inciso V: ***revogação da doação, com perda integral das benfeitorias que edificar sobre o imóvel objeto da doação em benefício do doador, em caso de descumprimento de qualquer das condições..."***

CONSIDERANDO o não cumprimento das condições estabelecidas na Lei 1819 de 23 de abril de 1999 de doação de imóvel à ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ, REGIONAL DE PATO BRANCO, e na Lei 1.207 de 03 maio de 1993, com as alterações dadas pela Lei 1.260 de 18 de novembro de 1993.

Desta forma, fica **NOTIFICADA** do acima exposto, para que se for de interesse e dentro de 05 (cinco) dias a contados a partir do recebimento desta, manifestar-se acerca do cumprimento da lei acima informada, sob pena de revogação da Lei em questão.

Atenciosamente.

Pato Branco, 24 de maio de 2011.

**Júlio Cesar H. Lattmann.**
Secretario
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico e Tecnológico.

Recebido em 25/05/11
Horário 13 4 horas ____ minutos
Secret./Dpto. ____
Assinatura: [signature]

78.243.235/0001-00
ASSOCIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ
REGIONAL DE PATO BRANCO
R. PEDRO RAMIRES DE MELLO, 47 - 1º ANDAR
ED. DOS ARCOS - SALA 108
CEP 85501-250
PATO BRANCO - PARANÁ

Município de Pato Br...
Fls. 11
Servidor

EXCELENTÍSSIMO SR. JULIO CESAR H. LATMANN SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E TECNOLOGICO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO – PR.

ASSOCIAÇÃO MÉDICA DP PARANÁ – REGIONAL PATO BRANCO, através de seu representante (PRESIDENTE) DR. ALVARO CATTANI, médico, com endereço comercial sito à rua Pedro Ramirez de Mello, 47 sala108, bairro centro, nesta cidade, vem mui respeitosamente a Vossa Senhoria:

CONTRA NOTIFICAR
SOLICITAR.

Por motivos inerentes a vontade dos gestores desta entidade, foi realizado pela empresa COPEL a passagem de rede de alta tensão pelo terreno, impossibilitando a realização do projeto em questão.

Foi enviado à Prefeitura Municipal em data de 08 de outubro de 2009 um memorando solicitando a interferência do município junto a Copel, para poder viabilizar o projeto em questão, não havendo retorno até a presente data.

Desta forma solicita que com a interferência do gestor público seja resolvido o impasse, e desta forma venha a ser cumprida a lei 1819/1999.

Atenciosamente,

Pato Branco, 30 de maio de 2011.

ALVARO CATTANI.
Presidente Associação Médica – Regional Pato Branco Pr.

Município de Pato Branco
Fls. 12
Servidor